

AGENDAS LOCAIS: QUEM PAUTA CONTEXTOS, COLHE MANCHETES¹

Uma análise da agenda agrária na imprensa do sudoeste do Paraná

Ronaldo Martins Botelho*

1. Introdução

A relação entre mídia e política no Brasil, no que se refere ao problema agrário, traduz a concentração de poder, histórica na construção democrática brasileira, e que se expressa claramente no conflito entre *Terra e o Texto*². No início de 1991, em palestra realizada no II Distritto allá Terra, em Macerata, Itália, o professor José Gomes da Silva já fazia notar a forte relação entre o poder da imprensa e poder agrário no Brasil:

Além da nítida tendência conservadora dos principais canais de TV, é preciso aclarar que os proprietários das duas principais redes de televisão são também donos de terras. Na questão da reforma Agrária (RA), os dois maiores jornais do País, publicados em São Paulo, são declaradamente contrários ao processo, enquanto no vasto interior estão quase todos ligados a grupos econômicos locais, com fortes interesses fundiários. No tocante aos grandes semanários, a mesma situação se repete, sendo que a única revista de circulação nacional que mostrava alguma simpatia pela Esquerda acaba de mudar a sua posição por força de alteração do grupo empresarial que a controla. (In: STÉDILE, 2002:169).

No caso da mídia local e micro-regional, seja pelas pressões mais próximas das instâncias de poder, seja por princípios bairristas - que não raro orientam a cobertura local, ou até mesmo, em função da facilitação do *fontismo*³ que compromete a isenção, há uma lógica que, não apenas deixa de seguir a pauta nacional, como cria um discurso autônomo, ainda que às freqüentemente descontextualizado histórica e politicamente.

¹ Esse artigo é uma versão resumida do estudo Entre cercas, barracos e manchetes: Uma análise sobre o problema agrário na agenda da mídia do sudoeste do Paraná, dissertação de Mestrado produzida através do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (PPGCso/UFSCar), cuja versão integral se encontra disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/botelho-ronaldo-cercas-barracos-manchetes.pdf>>

² Expressão utilizada por C. Berger (1998) em seu estudo sobre a cobertura do MST no jornal Zero. Op.cit.

³ Relação viciosa que se estabelece entre repórter e fonte, na qual a informação é considerada como um favor, digno de gratidão.

De forma permanente, a dependência de veiculação publicitária oficial estabelece parcerias entre os pequenos jornais e o poder público local que, em geral, ultrapassam a mera diplomacia, comprometendo a independência editorial. Não é diferente na relação desses jornais com as entidades sindicais patronais, que dispõe de estruturas jornalísticas consolidadas, diferentemente da maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais do interior⁴. Quanto aos movimentos sociais emergentes, os quais, não só não possuem os meios mínimos de manutenção de uma política de comunicação com a Imprensa, como nem sempre encontram receptividade política nesses meios⁵.

Em outra perspectiva, a instrumentalização das estruturas do governo em prol de barganhas simbólicas que é prática característica nas relações políticas dos municípios do interior, impõe a valorização de vínculos entre os diferentes níveis. Tais identificações ocorrem, tanto na forma ações episódicas, durante os períodos eleitorais, como através de interlocutores permanentes, que se encarregam de representar e difundir em nível local, como verdadeiras *máquinas políticas*⁶, os interesses de lideranças estaduais e federais. Desse modo, a análise da abordagem agrária nos jornais do sudoeste do Paraná passa, necessariamente, pela interpretação de como esses veículos de comunicação se inserirem no espectro político municipal e, assim, participam da construção do discurso sobre o problema fundiário durante os Governos Lula-Requião.

Da mesma forma que os jornais de bairro cumprem nas grandes cidades um papel *integrador*⁷, no interior os jornais locais ocupam os espaços mais estreitos entre os atores políticos locais e seus públicos, demandas que a grande imprensa atende de forma desqualificada, insuficiente, ou até mesmo, não atende⁸. Ainda que seja promissor o mercado de leitores na imprensa nativa do interior, há fatores de ordem política, econômica e cultural que se combinam para obstacularizar a consolidação de um

⁴ O Editor do *Jornal de Beltrão* confirma essa estrutura privilegiada de assessoria de Comunicação, quando destaca, em termos de fonte de informação, o Sindicato Rural e a FAEP – ambas representações patronais - são as suas melhores fontes sindicais na área agrária. Entrevista concedida ao autor na redação do *Jornal de Beltrão*, Francisco Beltrão, PR, em 24.5.05.

⁵ Em início de 2002 o autor propôs ao *Jornal O Palmense* – onde trabalhava como *free-lance* em Palmas, PR – o nome do sindicalista Edson Arantes Nascimento, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmas e Coronel Domingos Soares, para ocupar a página de Entrevista. Alegando, incompatibilidade, o nome de Nascimento foi prontamente rechaçado pela direção do *Jornal*, que também nunca admitiu dar voz a essa liderança. Por outro lado, membros da Administração Municipal, deputados governistas e empresários, não só estiveram na pauta freqüentemente, como sempre foram, inclusive, destaque de Capa no periódico.

⁶ E. Diniz interpretou a dinâmica das *Máquinas Políticas*, estruturas eleitorais pragmáticas, que transcendem a abrangência dos Partidos e criam identificações sociais através do clientelismo, da patronagem e de promessas de melhorias locais.

⁷ PROENÇA, José Luiz. 1984, Op.cit.

⁸ Em uma sintética distinção, PROENÇA, observa que, enquanto a imprensa comunitária se estrutura e funciona como meio de comunicação autêntico da comunidade, ou seja: produzido pela e para a comunidade, e os Jornais de bairro dirigem o seu foco de atenção como um concorrente da grande imprensa, os jornais do interior atuam, na maioria dos casos, como um substituto da grande imprensa, com circulação diária. Idem, pp. 24 e 25.

jornalismo independente nos municípios rurais, ou afastados dos centros urbanos. Nessas cidades menores, não raro, na própria criação de um jornal já existe investido um projeto político, o que compromete um jornalismo independente.

2. Os jornais pesquisados

Caracterizamos a seguir os jornais que são suporte de estudo nessa pesquisa.⁹

2.1. Diário do Povo (DP)

A Editora Diário do Povo tem sede em Pato Branco e mantém atualmente os jornais Diário do Povo, Diário de Guarapuava e Correio do Iguaçu. Fundada em 19 de março de 1986, inicialmente, a empresa possuía apenas a Gazeta do Sudoeste, com formato *Standard* e tiragem semanal. A partir de 1997, com a direção dos novos proprietários, ocorre a mudança editorial dessa publicação e a troca de nome para *Diário do Povo*. Em 1998, o jornal adquire o Diário de Guarapuava e três anos depois, em 2001, adquire a sua sede própria, com aproximadamente 1500 metros quadrado e mais 100 funcionários, dentre os quais, três jornalistas diplomados. Ainda naquele ano, o Grupo adquire o jornal Correio Vizinense, de Dois Vizinhos, cujo nome é mudado para Correio do Iguaçu.

O DP tem circulação semanal e formato tablóide. Os dirigentes dessa publicação fazem questão de salientar o compromisso com um 'Jornalismo Cidadão'. Na apresentação editorial do Grupo, um documento de 40 linhas, é declarado como premissa a "constante busca por um jornalismo cidadão, crítico, comunitário, *apartidário*, *ecumênico* e *pluralista*". Conforme a editora do DP, a jornalista Leoni Serpa, esse jornal tem forte influência na definição dos problemas locais. "Os fóruns de desenvolvimento que nós temos na região tem se baseado nas questões que o jornal levanta para

⁹ Os dados sobre os jornais analisados foram obtidos em pesquisa documental nos próprios periódicos e entrevistas com os seus respectivos editores: Diário do Povo - Leoni Serpa, em 24.5.05, na sede do jornal, Pato Branco; Jornal de Beltrão - Ivo Pegoraro - em 24.5.05, na sede do jornal, Francisco Beltrão; O Palmense - Eloyh A. Taques, por e-mail, recebida em 22.9.05. Na oportunidade, o autor também pode conhecer a sede dos dois primeiros jornais. Sobre o O Palmense, mais do que conhecer, o autor também trabalhou como repórter durante 2002. Já o Correio Regional, que não mais existe, os contatos realizados com ex-profissionais desse jornal não tiveram retorno, limitando o acesso às informações sobre esse periódico às publicações do período estudado e outras informações colhidas pelo autor em contatos pessoais, entre os anos de 2002 e 2004, período em que residiu em Palmas, PR.

realizarem suas reuniões”¹⁰. A editora salienta também o compromisso com o pluralismo. “É um jornal que não tem vínculos com Partidos, não tem vínculos com Política. Então, você pode me perguntar, como sobrevive? Sobrevive essencialmente da *questão empresarial*. Então, quem investe no Diário do Povo são os lojistas, os comerciantes, e os políticos”.

A editora declara que a empresa rejeita a denúncia sem fundamento, o que também está contido na carta editorial. “As pessoas se sentem muito melindradas, elas se sentem muito ofendidas quando você levanta mazelas (...) você tem que ter um jogo de cintura muito grande; mostrar isso de uma forma que vai trazer benefícios para a sociedade. Então, por isso que nós não entramos nessa coisa do *denuncismo*”¹¹, explica. Tendo entre sua carta de anunciantes empresas como a Basf, Bayer, GM, Ford, Copel Renault, o DP tem um faturamento anual superior a R\$ 2,0 milhões¹², o que é expressivo para os padrões de uma pequena empresa de comunicação do interior.

Ainda que as questões relacionadas ao campo tenham presença forte no DP, o enfoque que o jornal dá ao assunto prioriza a área *produtiva*, e não o *conflito*, como nota a editora.

*“Não usamos o termo invasão (...) O jornal ainda está se constituindo em termos de editorias. Nós não temos uma editoria rural. Estamos construindo. Entra, ou no caderno rural, ou nas páginas do geral (...) A agricultura faz parte da nossa pauta diária. Conflitos de terra, pelo pouco tempo que estou aí, só houve uma vez, que a gente cobriu”*¹³.

2.2. Jornal de Beltrão (JB)

Diferente do DP, no qual os proprietários não possuem formação jornalística e que atravessou constantes mudanças de editores, o JB tem uma tradição administrativa mais linear e inserida na área editorial. Por outro lado, as próprias características da formação histórica de Francisco Beltrão – Cidade sede do Jornal – marcada por grandes conflitos fundiários, contribui para uma maior afinidade de seus repórteres com essa

¹⁰ SERPA, Leoni, entrevista citada.

¹¹ Esse conceito sugere, no jornalismo, a tendência da imprensa à denúncia irresponsável, decorrente da promiscuidade na concorrência acirrada entre os veículos pela melhor notícia, o *furo*. O jornalista Mino Carta discorda da qualidade *denuncista*, freqüentemente atribuída pelo senso comum ao jornalismo praticado na Grande Imprensa brasileira. Para ele, a nossa imprensa é comumente subserviente ao poder, com um texto pobre e um padrão oficialista. Ver: (ABREU et.al. Orgs, 2003:204-205).

¹² Idem.

¹³ SERPA, Leoni, entrevista citada.

temática. A empresa começou a funcionar em 1989, e desde 1992 virou sociedade anônima. O jornalista Ivo Pegoraro, que é editor e presidente executivo do JB, declara que tem um papel versátil - "Faço de tudo aqui, desde tirar foto até levar o carro para lavar"¹⁴, o que confirma a observação, já realizada, sobre o caráter multiprofissional do jornalista do interior. O editorial *Mais um jornal?* - de maio de 1989, indica um parâmetro de atuação do JB já nas origens:

*O Jornal de Beltrão nasce pequeno, mas pretensioso. Feito por um grupo de pessoas ligadas à comunicação, este semanário pretende cumprir à risca a meta de integração regional. Procurando destacar sempre a notícia, não as pessoas, o jornal de Beltrão tenta conquistar espaço novo na imprensa. 'Se é notícia, sai aqui', é nosso lema, procurando colocar em segundo plano interesses políticos ou grupais. Esperamos o apoio para colocar em prática nosso projeto.*¹⁵

O JB tem atualmente formato semi-*Standard* (Tabloidão), 42 X 28 cm, seis colunas, e circula em 30 municípios do Sudoeste, abrangendo a maior parte dessa Região. A empresa também dispõe de gráfica própria. O Jornal também conta com as assinaturas da Agência Brasil e da Agência Folha, cuja participação nas edições é de 15 a 20%, conforme o editor. Mas nas pautas agrárias há fontes mais específicas. Com relação à participação das fontes, Pegoraro nota que a FAEP, que representa os grandes proprietários, é atuante e tem uma presença permanente na mídia, enquanto a FETAEP, do setor dos trabalhadores rurais, pouco se faz presente como fonte. Quanto aos trabalhadores sem-terra, o depoimento do editor indica que a participação é menos sistemática. "Quando as questões se agravam, aí nós temos como fonte, diretamente, no caso de manifestações, acampados, o MST, Deputados, Sindicatos, essas fontes aí. Nós também não nos especializamos, não nos aprofundamos. Ficamos mais no que se tem noticiado pelo geral, né?"¹⁶.

2.3. O Palmense (OP)

Como no caso do JB e do DP, no ano analisado pela pesquisa o OP não veiculava a cobertura sobre assuntos agrários em um setor específico da publicação. O jornal utiliza fontes Governamentais e de entidades civis na cobertura dessa temática. Ainda que se afirme conservador, a editora do OP define a Questão Agrária como "uma

¹⁴ PEGORARO, Ivo. Entrevista citada.

¹⁵ Primeira Página – Jornal de Beltrão, 15 anos. Edição comemorativa de 15 anos de fundação da empresa. S/ data.

¹⁶ Idem.

questão social porque envolve injustiçados que lutam por uma causa”. Apesar disso, o MST, assim como nenhum outro movimento de trabalhadores rurais é citado como fonte utilizada pelo jornal na cobertura do tema, em que figuram, a Secretária de Agricultura (Estadual), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA; o Instituto Ambiental do Paraná - IAP e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP¹⁷.

A história dos jornais impressos palmenses é remota. O jornal OP é o mais antigo jornal que se tem registro no município¹⁸. Em 2003, o OP tinha formato tablóide, 12 páginas e tiragem de 4000 exemplares¹⁹. Conforme a diretora administrativa e editora do jornal, Eloy Taques, o conteúdo do jornal é preenchido por 60% reportagem, 40% *relises*. Quanto à linha editorial, nas palavras da própria editora, trata-se de um “Jornal conservador que prima pela transparência”.

Ainda que não possua hoje a credibilidade e importância que tinha no início do século, no período em que era a única publicação no Município, o OP goza de alguma respeitabilidade na área urbana da Cidade e se constitui um instrumento de interlocução privilegiado do poder público oficial local, além de a direção desse jornal manter relações tênues além de cultivar relações fortes com lideranças políticas do Legislativo e do Executivo estadual.²⁰ Todavia, com relação à temática fundiária, o jornal veicula apenas algumas poucas pautas esparsas no ano de 2003, em geral *relises* da Prefeitura ou do site da agência de notícias do Governo do Estado. Mesmo assim, consideramos interessante inserir esse periódico em nossa pesquisa, não apenas pela expressão política que detêm, como pela própria referência de análise, enquanto contraste e complementação de análise do Correio Regional, seu principal concorrente naquele ano.

¹⁷ TAQUES, Eloyh A., Entrevista citada.

¹⁸ O início da circulação de sua primeira versão data de meados de 1901, e se estende até 1917. Década mais tarde, em 02 de março de 1986 entra em cena a primeira edição de O Clarin. Este irá manter-se até junho de 1991, quando é vendido para um outro proprietário, sob a coordenação do jornalista Jézziel de Marins. A mudança do nome desse mensário ocorre a partir do n.115, ano VI, em 3 de março de 1997 quando é adquirido pelo empresário José Omar Ferreira Taques, o *Zequinha*, que recupera o antigo nome do Jornal.

Ver: NUNES, Virgínia Maria e SIQUEIRA, Luiz Fernando. T. *História da imprensa palmense*. In: *Clarin*, Ano I, n.4, 11. de abril, Palmas, PR, 1986. Atualmente, Zequinha é vereador em Coronel Domingos Soares, município emancipado de Palmas há poucos anos. A sua esposa e Diretora Administrativa e Editora do Jornal, Eloyh Taques, declara, por sua vez, que o jornal está sob sua propriedade há 14 anos.

¹⁹ Hoje, com o nome de *Paraná Sul*, o jornal tem formato *Tablóide*, com 16 a 24 páginas, capa e contra-capas coloridas e uma tiragem semanal de 6.000 exemplares e circula em cinco municípios do sudoeste do Paraná: Bituruna, Palmas, Mangueirinha, Clevelândia e Coronel Domingos Soares.

²⁰ O deputado estadual Valdir Rossoni, por exemplo, que é presidente do PSDB estadual e uma das principais lideranças de oposição ao Governo Requião, mantém espaço privilegiado no OP desde quando era ex-líder do Governo Jaime Lerner (PFL, 1999/2002).

2.4. Correio Regional (CR)

O semanário CR teve uma curta, mas densa, existência em Palmas. Esse jornal, que surge a partir de interesses políticos bem definidos do empresário madeireiro catarinense João Oliveira²¹, desencadeou uma orientação editorial pautada por críticas duras e sistemáticas à administração do então prefeito de Palmas, Hilário Andraschko, (ex-PFL, hoje no PDT). Com formato *Stander* e um projeto gráfico arrojado - envolvendo cores em capa e internas, fotos grandes e manchetes salientes – o CR se destacou rapidamente na Cidade, mas isso não ocorreu apenas pelo seu visual superior a média dos periódicos locais. A polêmica também foi uma marca dessa publicação. A abertura diversificada para colunistas, muitos deles repórteres do jornal, foi uma característica forte do CR, mas que também envolveu desvios éticos notórios.

Uma das práticas condenáveis do CR foi a de manter colunistas anônimos, escondidos sob codinomes satíricos. Assim, articulistas políticas com trânsito político realizavam denúncias e comentários ofensivos contra autoridades e lideranças públicas locais, disfarçando-se, sob o nome de colunistas. Por outro lado, o CR se caracterizou também por uma conduta questionável de manter laços muito dependentes entre a cobertura editorial e a veiculação comercial. A prática da reprodução de *relise* é habitual nos jornais do sul/sudoeste do Paraná, e reflete um outro desvio ético na prática jornalística. Nota-se que no CR a cobertura editorial é condicionada indiretamente, e até explicitamente, pela à negociação publicitária²².

É preciso, por outro lado, reconhecer também que o CR teve um papel importante em sua breve existência, enquanto instância de expressão para setores até então praticamente ausentes na imprensa palmense. Os trabalhadores rurais sem-terra (não necessariamente vinculados ao MST), por exemplo, tiveram espaços expressivos nesse jornal em importantes mobilizações realizadas na Região. É claro que não se pode dissociar esse episódico favorecimento do CR às vozes mais esquecidas, à motivações políticas delimitadas, cuja imprensa micro-regional se presta convenientemente, seja pelo ataque, seja pela promoção de setores políticos específicos. Mas essa característica conflituosa das elites políticas é mais salutar quando assegura uma pluralidade maior de

²¹ Ex-proprietário do jornal, atualmente prefeito de Palmas pelo PMDB.

²² Em meados de 2002, quando atuava na assessoria de imprensa da Faculdade em Palmas, o autor presenciou uma reunião entre a Diretora Comercial do Correio Regional, em que essa oferecia a venda de publicidade à Instituição, a ser veiculada sob a forma de notícia. São freqüentes também os casos em que os pequenos jornais utilizam instrumentos de pressão, como a Denúncia, para a obtenção de veiculação publicitária, em uma espécie de chantagem. O tema, nesse período, veio à tona em uma denúncia sobre esse procedimento verificado no diário *Gazeta do Povo*, PR, demonstrando que tal prática não é exclusividade dos jornais do interior, e nem da pequena imprensa. Ver: *Eu nos acuso*. (Artigo). Ronaldo Martins Botelho. Observatório da imprensa. 16.9.03. <www.observatorioidaimprensa.com.br>.

tendências, até então não verificada nos jornais palmenses na temática fundiária. Cabe registrar ainda que, no caso do CR, infelizmente não pudemos contar com um depoimento de um representante do corpo editorial²³. Houve também, com esse jornal, um outro tipo de dificuldade na pesquisa, que foi o acesso limitado aos seus arquivos²⁴. Ainda assim, julgamos oportuno incluir esse periódico na pesquisa por razões de consistência e equilíbrio da análise²⁵.

3. A agenda agrária na Mídia em 2003

Os quatro jornais supra-apresentados serão a seguir analisados em seu conteúdo editorial, considerando o ano de 2003, que é o recorte temporal realizado. Para fins de organização analítica, estruturamos os textos relacionados a cada jornal, e os seus respectivos gráficos e ilustrações, em períodos delimitados na forma de trimestres.

3.1. Encenar, convencer, agendar²⁶ (janeiro-março)

No primeiro trimestre de 2003 as ocupações realizadas pelos sem-terra são a tônica na mídia e esta se constitui uma instância marcante no embate político sobre o tema. No cenário nacional, há nesse período grande apreensão em torno das propostas de Lula para o setor rural, particularmente quando o ministro do desenvolvimento fundiário, Miguel Rosseto, manifesta intenção de revisar os índices de produtividade²⁷.

Nos jornais do sudoeste do Paraná analisados, com exceção do OP²⁸, denota-se essa tendência nos gráficos 01; 02 e 03. Percebemos ainda que nesse período são acentuadas as ocorrências *Pela Redistribuição Fundiária – PRF* registrada nos três jornais analisados no período - 2899,64 cm², em contraste com 2079,36 cm² de ocorrências

²³ Realizamos todos os contatos ao alcance para entrevistar um editor ou o repórter ligado ao tema. Todavia, em vista da demora da resposta, que nem mesmo por e-mail se concretizou, e ante ao prazo limite para a conclusão da presente pesquisa, não tivemos o retorno esperado.

²⁴ Ainda que o Jornal tenha circulado até outubro de 2003, só conseguimos obter os dois primeiros trimestres daquele ano, que é o que há disponível na única instituição da cidade que mantém arquivo acessível ao público de jornais contemporâneos. Entre os contatos que recorremos, nem mesmo a editora soube indicar uma fonte para a localização das edições completas.

²⁵ O fato de Palmas não possuir um Diário – diferentemente dois outros Municípios considerados – nos leva a crer na importância de reforçar o quadro de análise com mais um periódico. Além do mais, considerando o baixíssimo conteúdo sobre a temática agrária no *O Palmense* no ano de 2003, entendemos que agregar mais esse suporte, ainda que limitado ao primeiro semestre daquele ano, garante uma visão empírica mais abrangente.

²⁶ Expressão alusiva ao lema *Ocupar, Resistir, Produzir*, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

²⁷ Ver: *Rosseto quer alterar a lei de invasões de terra*. Folha de São Paulo, Ano 83, n. 27010, 16.3.03, Ed. Brasil, p.A-11.

²⁸ O que não aponta contraste, considerando que, como já observamos, a cobertura do problema fundiário será praticamente ignorado pelo periódico durante todo o ano de 2003.

Contra a Redistribuição Fundiária - CRF. Todavia, há diferenças importantes nesse conteúdo editorial entre os jornais analisados.

Em de 31 de janeiro, o DP dá a chamada de capa: *A luta pela terra no Sudoeste*, matéria que ocupa uma página inteira, com detalhes sobre o cotidiano das famílias acampadas às margens da BR 158, em Saudades do Iguazu. O texto retrata a situação difícil dos assentados, com depoimento do líder do grupo e de uma acampada. Note-se que o espaço principal, de uma coluna inteira das três que compõe a matéria, é dedicado ao prefeito da Cidade, que fala sobre o caso com ênfase em providências tomadas. Em 15 de março, a questão das ocupações também é tratada pelo JB em uma matéria de uma página, igualmente com chamada de capa. Além de mais abrangente que a cobertura do DP, o texto do JB tem fontes mais diversificados e aprofunda melhor a questão. O Jornal ouve os acampados, mas também os ruralistas, apresentando o cenário do problema da concentração de terra na Região. Também faz uma relação entre a produção dos assentados com o desenvolvimento local²⁹.

Já o semanário CR destoa dos dois diários citados, dedicando considerável espaço à cobertura do oeste catarinense, em particular, a cidade de Abelardo Luz, SC, localizada a poucos quilômetros de Palmas. Chama atenção em particular, a matéria *Grupo afirma incentivo do prefeito*, que tem chamada de capa em 09.02.03. Essa matéria vem com um pequeno texto-legenda ao lado de uma foto grande de um acampamento: "Sem-terras ocupam área produtiva e garantem estar orientados por prefeito, que, segundo eles, teria planejado a invasão"³⁰. A página 12 do jornal repete a manchete (prática habitual no CR), três fotos, sendo uma delas a mesma da capa, além de outras duas de assentados que fazem declarações na reportagem.

Entre essas matérias destacadas na cobertura do problema agrário na Região nos três jornais, chama a atenção o enquadramento dado às imagens, todas enfocando a realidade dos acampados e lideranças sem-terra. Essa predominância da imagem dos acampados reflete uma forma consoante de tematizar esse assunto nesses jornais durante esse primeiro trimestre. Diferentemente do OP – o seu concorrente local - o CR dá voz significativa aos trabalhadores rurais. Isso se verifica, por exemplo, em uma mobilização realizada em março daquele ano, visando a regularização e melhoria das condições alguns assentamentos de Palmas³¹. O CR, não apenas deu destaque principal para alguns encontros realizados, como acompanhou toda a cobertura do episódio.

²⁹ Ver: *A onda de ocupações de terras no Sudoeste*. Jornal de Beltrão, p.18, ano XIV, n.2.458, 15.3.03

³⁰ Ver Grupo afirma incentivo do prefeito. *Correio Regional*, ano 3, n. 104, 09.02.03, Capa.

³¹ Ver: *Assentados pedem reforma agrária*. *Correio Regional*, p.8, Ano 3, n.110, 23.3.03.

Ainda que a abordagem personalista não seja o mais predominante nesse período – considerando que esse tipo de enquadramento tem um percentual de 7% no JB e 9% no CR, entre o material coletado nesses jornais (Ver Gráficos 1^A e 1C) – há alguns personagens proeminentes nessa cobertura. No caso do CR a figura central que dá o tom ao texto é o líder ruralista morto durante uma tentativa de ingressar em sua Fazenda, então ocupada pelos indígenas.³² No DP, essa fonte é o prefeito de Saudades do Iguacu; já no JB, o destaque é o presidente do Sindicato Nacional dos Produtores Rurais. Assim, há fontes oficiais que, ainda que não sejam monopolizadoras da atenção a partir do declarante, têm um papel preponderante pela importância das instituições ao qual se vinculam. C.B. Filho nota que, além da *Personalização*, a *Dramatização* e a *Dinamização do tema* são fatores que determinam que um tema se torne mais mediatizável. (Barros Filho, 1995:186).

Importante notar também que alguns temas em torno do problema agrário, que circulam na pauta nacional e regional nesses primeiros meses de 2003 são ainda ignorados ou menosprezados pela imprensa micro-regional. Entre eles, a polêmica sobre o projeto de criação de unidades de conservação no sudoeste do Paraná – questão que preocupava os ruralistas nesse período³³, com exceção do Correio Regional, cuja cobertura tratou com profundidade o tema. Em fins de fevereiro, o CR faz chamada de Capa sobre a mobilização das 'lideranças regionais' para reverter a Portaria do Governo. Outro assunto que também perturba o setor rural e que ainda não se verifica na pauta dessas publicações no período, é o problema do armamento dos fazendeiros na região oeste do Estado. Organizava-se em municípios dessa localidade o Primeiro Comando Rural – PCR, espécie de organização paramilitar dos ruralistas, que provoca reações e debates³⁴.

A omissão de temáticas na cobertura da imprensa caracteriza a própria atividade do jornalismo, cujo processo editorial impõe escolhas seletivas. Essa

³² Ver: *Índios matam presidente de Sindicato Rural em Santa Catarina*. Boletim Informativo FAEP, Ed.806, fev. de 2005. <<www.fae.com.br>>. Capturado em 24.9.05. A problemática Indígena, ao lado da Questão Ambiental, tem íntima relação com o problema fundiário no contexto micro-regional. Ilustra isso a preocupação do ruralista José Bueno, ex-presidente do SR de Palmas: “as nações indígenas estão avançando, argumentando que eles têm direitos a muitas áreas e obtém do Ministério da Justiça um apoio que eu não sei da onde vem, com tanta benevolência”. Entrevista concedida ao autor na Prefeitura de Palmas, Pr, em 25.5.05.

³³ Assunto que começa nesse período a mobilizar o Setor ruralista, que se sente ameaçado pela possível obstrução do uso de áreas protegidas pela portaria 507/2. Ver: *Portaria 507 continua preocupando produtores rurais no Paraná*. Boletim Informativo Faep, nº 759, semana de 3 a 9 de março de 2003. <<www.fae.com.br>> Capturado em 24.9.05.

³⁴ Em 19 de março há uma reunião da Comissão Especial de Mediação de Questões da Terra do Paraná, do Governo do Estado, com o presidente da Sociedade Rural do Paraná, Edson Nemes Ruiz, para tratar o assunto. Ver: *Sociedade Rural afirma que armamento de fazendeiros não é generalizado*. Arquivo de notícias. <<www.agenciadenoticias.gov.pr>>. Capturado em 24.9.05; e *Uma ameaça que retorna*. Faep, Boletim Informativo nº 760, semana de 17 a 23 de março de 2003. <<www.fae.com.br>> Capturado em 24.9.05.

característica da mídia já era notada por Lazarsfeld e Merton nos estudos realizados por esses autores em torno do rádio nos anos 40, quando observam que “Na medida em que os meios de comunicação têm exercido uma influência sobre seus públicos, este fato deve-se não apenas ao que é expresso, mas sobretudo ao que não é expresso nem dito de forma explícita.” (Lazarsfeld & Merton in: Cohn, op.cit:242). Por outro lado, um dos fatores influentes na agenda setting é a proximidade das audiências. Esse elemento supõe que os indivíduos tendem a formar uma agenda intrapessoal sobre aqueles assuntos mais próximos, e se tornam mais dependentes dos veículos de comunicação com relação aos assuntos mais distantes.³⁵

3.2. Filtros da mídia e para a mídia (abril-junho)

Se no primeiro trimestre de 2003 predominou na cobertura dos jornais analisados a ênfase na onda de ocupações do MST, no segundo trimestre essa cobertura é distribuída entre as mobilizações dos trabalhadores rurais, as reações dos ruralistas – que começam a se esboçar de forma mais efetiva – e a ação do Estado, que assume uma intervenção também mais incisiva a partir da criação de instâncias mediadoras.

Em meados de abril, o DP deu manchete de uma reunião de Requião com líderes do MST no Palácio do Iguacu. Em maio, outra medida que reflete a mudança de perfil do novo Governo é a decisão de permitir à Imprensa o acompanhamento das desapropriações para “evitar situações de excesso” pela Polícia³⁶. Já em meados de junho, ainda com um enfoque positivo para o MST, o DP destaca o pronunciamento de dirigentes de entidades vinculadas com a luta pela Terra a exigir agilidade na reforma agrária³⁷. Essas três matérias do DP refletem uma atenção desse diário à pauta agrária nesses primeiros meses do Governo Requião, ainda que seja preciso salientar o caráter episódico e pouco contextualizante dessas coberturas. Nelas, há um destaque especial nas figuras do Governador e do Secretário Roque Zimmerman, ex-candidato do PT ao Governo derrotado por Requião.

³⁵ Nesse aspecto, é compreensível a atenção que a pauta das unidades de conservação tomou no CR, tendo em vista que a Portaria do Governo atingia principalmente os municípios de Palmas e Abelardo Luz, ambos público principal do CR. Ver: *Lideranças regionais querem reverter portaria*. Correio Regional, Capa e p.10, Ano 3, n. 106, 23.02.03.

³⁶ Esse episódio ilustra a alteração nas relações entre o novo Governo do Estado e os Movimentos Sociais. Com relação aos trabalhadores rurais, se verifica nessa fase do Governo Requião um progressivo crescimento nos espaços ocupados pelo MST em todas as áreas do Governo, sinalizando uma disposição um crescimento da influência política daquele movimento junto no Executivo regional. Ver: *Requião recebe MST no Palácio do Iguacu*. Diário do Povo, p.20, ano XVII, n.3008, 16.4.03; *Imprensa poderá acompanhar desocupações*. Diário do Povo, p.20, ano XVII, n.3030, 21.5.03 e *Secretária da Cultura recebe representantes do MST*, 18.4.03; *Secretária avalia saúde nos assentamentos do MST*, 21.4.03 e *MST apresenta ao governo agenda de temas para sustentabilidade*. In: Arquivo de notícias. <<www.agencia denoticias.gov.pr>>. Capturado em 24.9.05

³⁷ Ver: *Sem-terra pedem maior rapidez na reforma agrária*. Diário do Povo, p.20, ano XVII, n.3045, 11.6.03

Nota-se que nesse segundo trimestre se amplia consideravelmente a favorabilidade da cobertura agrária, passando de 2.899,64, do trimestre anterior, para 3.735,97 a soma em centímetros-área da ocorrência *PRF - Pela Redistribuição Fundiária*. Contribui com parcela importante para esse aumento, a cobertura do jornal O Palmense, que nesse período, aborda o tema, ainda que por mera reprodução de matéria da Agência de Notícias do Governo Estado sobre a recepção do MST no Palácio do Iguazu, a qual também é reproduzida no DP³⁸.

3.3 Tempos radicais, pautas parciais (julho-setembro)

O terceiro trimestre de 2003 foi marcado no panorama nacional pelo radicalismo, tanto entre os atores políticos inseridos nos temas fundiários – Governo, Ruralistas e Sem-Terra - quanto na cobertura da grande imprensa. Demissões, manifestos e denúncias tornam esse trimestre intenso com relação ao debate agrário. Em termos de novidades em torno desse tema, os novos acontecimentos nesse período se refletem no aumento sensível do registro *Episódicos*, no tipo de enquadramento então realizado, e que pode ser constatado nos Gráficos 3A e 3B.

O gesto do presidente colocando o boné do MST provoca uma avalanche de críticas, quanto mais porque ocorre em meio a uma onda de ações políticas daquele Movimento: interrupções de pedágios no Paraná; saques em Pernambuco e ocupações de prédios públicos no Mato Grosso e em Alagoas. É polêmico, ainda no início de setembro daquele ano, a demissão do presidente do INCRA, Marcelo Resende, justificada pela “falta de sintonia” entre a direção do referido Órgão e o Governo. Ilustra também a tendência radical da cobertura agrária nacional nesse período o enfoque estigmatizante dos movimentos sociais, em particular, do MST. A revista *Época*, por exemplo, realiza uma associação direta da morte de um fotógrafo a seu serviço a um suposto clima de ‘Convulsão Social’³⁹. Já a *Veja*, faz uma cobertura reducionista do contexto fundiário, ao destacar o agro-negócio como ‘O Brasil da solução’, em contraste com a mobilização dos Sem-Terra como ‘O Brasil do problema’⁴⁰.

³⁸ Ver: *Requião recebe MST no Palácio do Iguazu*. Diário do Povo, p.20, ano XVII, n.3008, 16.4.03

³⁹ O assassinato do fotógrafo Luís Antônio da Costa em São Bernardo, SP, por um assaltante desconfiado que passava por uma manifestação popular que o fotógrafo registrava, provocou uma espécie de manifesto da *Época* contra o que classificou de ‘Convulsão Social’. Não contente com uma chamada de Capa, e matérias envolvendo 14 páginas, com um discurso criminalizante dos movimentos sociais, a revista alardeia em seu discurso editorial um clima de instabilidade social no País. Nele, o MST e o PT são citados, respectivamente, 8 e 10 vezes. A carta do editor, na mesma edição da revista, não deixa dúvidas dessa simplificação: “*Não importa se foi uma manifestação dos Sem-Tetos ou um bandido comum. O tiro que matou o repórter fotográfico Luís Antônio da Costa expôs a falta de controle que o governo tem sobre os movimentos sociais*”. Ver: *Uma bala no peito e Fora de controle*. *Época*, pp.36-49, 28.7.03. Grifo nosso.

⁴⁰ Ver: *O Brasil da solução... e o Brasil do problema*. *Veja*, pp.48-49, 06.8.03.

3.4. A Paz no campo... e no texto (outubro–dezembro)

Em fins de outubro, os Sindicatos Rurais do Sudoeste, com o apoio de Prefeitos, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP e outras lideranças, organizam o *Movimento da Comunidade pela paz, ordem e respeito às leis*, popularmente divulgado como movimento Paz no Campo. A iniciativa, que envolveu carreatas e comícios em vários municípios do Sudoeste foi definida pela FAEP como um ‘Megaprotesto interestadual’. De fato, o autor presenciou parte da manifestação, onde pode testemunhar uma espécie de Marcha Militar, que mesclou o tradicionalismo farroupilha com a estética do maquinaria do agronegócio⁴¹ em uma explícita exibição intimidatória. (Ver fotos 1 e 2).

Porém, mais do que essa dimensão marcadamente preventiva e cooperativa dessa ação política dos ruralistas - considerando que Palmas não apresenta registros de conflitos fundiários durante esse ano, é marcante a omaniqueísmo do discurso que orienta a divulgação do Evento, opondo os produtores – setores *produtivos* – a produção, ou, se quisermos, em uma outra linguagem também utilizada pelos manifestantes os *homens de bem*.

No interior do discurso sobre a racionalidade econômica dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, detectamos uma estranha noção de competência que, além de elitista, está definitivamente associada ao monopólio e ao ethos da propriedade fundiária, à especulação e à improdutividade. Ser proprietário, por si só, é ser competente, não importando que usos e abusos possam daí advir. Calcada sobre as idéias de capacidade, talento e superioridades individuais, ela, a competência, termina por instituir a desigualdade e os “incompetentes” sociais. (BRUNO, 1997:6).

Um outro dado importante nesse evento é a diversidade de entidades que participam dele. Apoiaram a mobilização - CTGs, Sociedades Rurais e Sindicatos Rurais, Cooperativa, Clubes Recreativos (como a ABB), além de prefeitos e parlamentares de todas as esferas. Não poderia ser mesmo diferente, visto que o evento envolveu, além de lideranças do Paraná, ruralistas do oeste de SC e norte do RS. Nos discursos realizados

⁴¹ Trecho de matéria veiculada no OP, dá uma idéia da suntuosidade do Movimento: “O *Movimento da Comunidade pela Paz, Ordem e Respeito às Leis* começou no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) do município e seguiu em carreata até o centro da cidade, onde atraiu mais de duas mil pessoas. Á frente da carreata foi uma tropa de cera de 40 cavaleiros, seguidos de 50 tratores, 19 colheitadeiras, 35 ônibus, 35 caminhões e pelo menos 200 carros.”. Ver: *Tratores, caminhões e colheitadeiras nas ruas: produtores do Sul protestam contra invasões. O Palmense*, p.12, ano XII, n.368, Palmas, PR.

contra a ameaça das ocupações, reuniram-se protestos dos atingidos por delimitações ambientais e por desapropriações de áreas de produção para reservas indígenas.⁴²

A cobertura do movimento Paz no Campo nos jornais analisados foi ampla e positiva, o que é compreensível, tendo em vista o forte esquema de divulgação das entidades e órgãos públicos envolvidos – prefeituras, sindicatos rurais e líderes políticos - a maioria anunciante de peso na pequena imprensa. É oportuno observar, a propósito, que essa apresentação inédita dos jornais locais em torno do problema agrário, que é tão historicamente marcante nessa Região, reflete também uma traço superficial na cobertura dessa modalidade de imprensa, na medida em que destaca a magnitude de eventos próximos muito mais pela orientação bairrista do periódico, do que propriamente pela necessária contextualização crítica que o assunto merece.

Finalmente, chama a atenção nas ocorrências do temas agrários desse período no sudoeste do Paraná o crescimento sensível da ocorrência *Mobilizações Por Segurança Pública* o que demonstra uma reação clara das organizações ruralistas contra as mobilizações dos sem-terra, mas também expressa uma estratégia preventiva dos proprietários rurais.

4. Considerações finais

Ainda que as elites políticas detenham a hegemonia sobre os recursos argumentativos nos pequenos jornais - que raramente pertencem à grupos socialmente excluídos - em se tratando da pauta agrária, podemos observar que são de níveis diversos as vozes que interferem nessa concorrência discursiva, e no conseqüente agendamento da mídia. Isso impõe à um estudo dessa natureza, não só a contextualização do cenário trabalhado, mas as devidas relações extra-institucionais para a apreensão de atores, que não integram a arena dos conflitos, mas que influenciam nessa tematização. Assim, podemos constatar que entre as lideranças legítimas ou oficiais (Poder Público Municipal; Produtores Rurais, MST, Pequenos Produtores, Associações) e a Imprensa local - que também se constitui um ator em potencial – há outros sujeitos que se interpõe nessa configuração da percepção pública sobre os problemas sociais, e que às vezes transcendem o cenário imediato.

Entretanto, mesmo considerando que a tiragem das publicações impressas do interior abrange um público bem mais reduzido que a do rádio e a TV, há algumas

⁴² O que mais uma vez confirma a transversalidade temática do Problema Agrário na atualidade.

características singulares do meio papel, que o torna atraente e importante na disseminação da informação. O som e imagem se revestiram de uma importância preponderante no jornalismo contemporâneo, particularmente nesses tempos em que a multimídia transforma profundamente o perfil do jornalismo, mas a informação escrita continua detendo uma marca de credibilidade forte em nossa cultura. A fácil manipulação e demonstrabilidade do jornal impresso é fator desejável em uma sociedade institucionalizada e marcadamente burocrática, onde a linguagem digitalizada anda ao lado de padrões contratuais tradicionais. Essa dimensão de permanência do impresso compensa, de certa forma, o potencial de instantaneidade do rádio e de visualização da tv, em se tratando de realidades em que a cobertura desses dois meios é fluída e distante.

Particularmente com relação a agenda da mídia local sobre o problema agrário, que orientou o recorte empírico desse estudo, constatamos que o histórico político e profissional dos agentes que atuam nos veículos de comunicação na órbita micro-regional pode ser um fator preponderante na forma de abordagem com que um jornal aprofunda ou superficializa esse assunto em suas pautas, apuração e apresentação – a registrar que essas três fases têm importância equivalente na emergência dos assuntos públicos. Por outro lado, em se tratando dessa imprensa de pequeno porte, a política administrativa não é uma dimensão meramente burocrática. As estratégias de captação de anunciantes e a política editorial tendem a ter uma proximidade perigosa nos pequenos jornais, em que a mão de obra escassa, e freqüentemente inadequada, concentra atribuições e pode criar vínculos de dependência com sério comprometimento ético e democrático. Os grupos de interesses mais bem articulados, a partir de assessorias especializadas, se instrumentalizam para explorar essas brechas. Mais grave, entretanto, é que verificamos que essa instrumentalização também ocorre no sentido inverso, e não raro se constitui uma estratégia de sobrevivência ou barganha da mídia local.

Especificamente com relação aos jornais analisados, houve alguns cuidados que surgiram no andamento da pesquisa, como o melhor reconhecimento dos distintos cenários políticos em que a pesquisa se inseriu. Ainda que existam afinidades culturais e vínculos históricos que aproximam as três cidades – Palmas, Pato Branco e Francisco Beltrão – há fatores sócio-históricos e geopolíticos que concederam singularidades às suas elites e à cultura midiática de cada um desses Municípios. No caso de Palmas, por exemplo, a inexistência de uma imprensa escrita consolidada - em termos estruturais e democráticos - nos levou a ampliar o escopo inicial do estudo, visando contemplar melhor as contradições existentes. Já, em Pato Branco, onde há inclusive uma Faculdade

com um curso de Jornalismo, percebeu-se no Diário analisado um diferencial nos padrões gráficos e estéticos da imprensa local, ainda que o conteúdo editorial deixe a desejar. O DP, mesmo sendo um jornal de boa infra-estrutura material e humana, não se diferenciou do jornalismo *declaratório*, que é típico nos periódicos do interior. O compromisso com a verdade, sustentado no discurso gerencial da empresa, contrasta com uma cobertura em que a divulgação de fatos e eventos locais predomina sobre a investigação e a denúncia.

Em Francisco Beltrão, finalmente, se percebe no jornalismo praticado uma síntese entre o profissionalismo e a identidade política desse município, de profícua história de conflitos fundiários. De uma forma mais singular, a formação da empresa jornalística se deu, nesse caso, através da articulação de ex-jornalistas, que constituíram um gerenciamento coletivo. Nesse coletivo, a preocupação com a pauta agrária teve influência da formação política do município e da equipe editorial, cujo editor manifestou ter vínculos fortes com a agricultura familiar e o extensionismo rural. Em um período marcado por constantes tensões agrárias, tais características se traduziram em um agendamento relativamente plural.

Além do mais, observamos nessa combinação de realidades relativamente distintas, a existência de conceitos e expressões influentes na construção de discursos locais que, em momentos estratégicos, se articulam para a operar a legitimação de uma agenda comum. Essas estruturas não dependem exclusivamente do poder econômico, visto que tanto no MST, quanto na FAEP – principais instâncias articuladoras do discurso na questão fundiária micro-regional do Paraná – se identificam elementos culturais, historicamente enraizados e vinculados ao modo de ser, e que se confundem com as estratégias desses movimentos. Estes traços contribuem para a sustentação e perpetuação dos discursos mais episódicos, quando a ameaça à grande propriedade se manifesta.

Destacamos, na parte dos ruralistas, o patriotismo, como referência de integração e oficialidade; o *tradicionalismo gaúcho* – em seu ritualismo coronelista; A noção de propriedade *produtiva*, que agrega um suposto status, que detém os grande produtores rurais, por 'garantir o alimento da cidade' e o conceito de *homem de bem*, que absorve idéia de família padrão, católica, nativa e respeitosa às leis. Entre os trabalhadores rurais também podemos identificar esses elementos de identidade aglutinadora, que ressoam na mídia como uma espécie de campo identificador. É o caso da delimitação *excluídos sociais*, que detém um sentido histórico, relacionado ao processo de marginalização de amplas massas de trabalhadores rurais a partir do

incremento das novas tecnologias. Esse apelo, que tem forte identificação com a doutrina social da Igreja e o discurso transformador dos partidos de esquerda, é extrovertido no discurso público a partir de eventos como a *Marcha pela reforma agrária* e o *Grito dos excluídos*. Por outro lado, a categoria *trabalhador sem-terra* identifica uma dimensão de ruptura do vínculo entre aqueles que tem uma vocação para o trabalho agrícola e o seu principal espaço de intervenção. Finalmente, em uma abordagem discursiva mais recente o MST adota o lema *Reforma agrária, uma luta de todos*, que supõe o necessário engajamento de toda a sociedade à sua causa.

Percebemos, assim, que essas construções são bases identitárias desses atores, que se mantêm e se difundem através das declarações, protestos e campanhas públicas, contribuindo para solidificar uma imagem pública contingente, que assume mais visibilidade e apelo na mídia nos momentos de tensão ou conflito. No ano de 2003, isso ocorreu no Sudoeste do Paraná em vários momentos, mas podemos destacar três: o caso da intensificação das ocupações, durante o primeiro trimestre do ano; o episódio polêmico de uso do boné do MST pelo presidente Lula durante o terceiro trimestre e, finalmente a campanha Paz no Campo, promovida pelos ruralistas entre nos municípios do Sudoeste. Nos três casos, estruturas diluídas em várias instâncias constroem um campo de ação conjunta, em que a imprensa local é uma arena estratégica, mas que está longe de ser a única. Mesmo assim, os jornais locais representam ainda poderosas instâncias de legitimação, que não apenas se prestam à interlocução de interesses mais abrangentes, como, de modo inverso, extrapolam versões e agendadas pelos grupos de interesses, que não raro repercutem na Grande Imprensa regional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. J. de. Oligarquia, mídia e dominação política na Bahia: a rede carlista de televisão e rádio. Dissertação de Mestrado. PPGCSO / Ufscar, SP, 2002.
- ANJOS, N. dos. A Questão Agrária na Grande Imprensa. Dissertação de Mestrado, 1997. Ufpe. Disponível em:
<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/11gt/Netilia%20dos%20Anjos.rtf.>>
- AZEVEDO, F. A, Agendamento da Política. Antônio Albino Canelas Rubim (org.), Comunicação e Política – Conceitos e Abordagens, São Paulo, Editora UNESP, 2004. .
- _____. As ligas camponesas. RJ: Paz&Terra, 1982.
- BARROS FILHO, C. de. Impor sobre o que falar – a hipótese Agenda Setting. SP: Moderna, 1995.
- BOTELHO, R. M. A delegacia invisível: breve análise da influência da cobertura noticiosa dos semanários urbanos no processo de construção da autonomia de uma organização

civil em uma relação conflituosa com o poder público oficial. Monografia. Fabico / Ufrgs, 2000.

_____. A grande pequena imprensa (Reportagem). Três por Quatro. Jornal Laboratório Fabico / Ufrgs, julho de 1999.

BRUNO, R. Senhores da terra, senhores da guerra – a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. RJ: Forense Universitária, UFRJ, 1997.

CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de Souza. Produzir para Viver: os caminhos da produção capitalista Boaventura de S.Santos (org.). p.245. Ed.Civ.Brasileira, 2002.

CASTELLS, M.. Um Estado destituído de poder? A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura – O poder da identidade (v.2).SP: Paz e Terra, pp.287-363, 1999.

CHAMPAGNE, P. Formar opinião – o novo jogo político. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

DEFLEUR, M. L; BALL-ROKEACH, S. Teorias da comunicação de massa. RJ: Jorge Zahar, 1993.

DELGADO, Guilherme Costa. Et. Al. A Questão Agrária e o desenvolvimento econômico. A Questão Agrária e o desenvolvimento nacional. Florianópolis: Ed. Da UFSC/CODESUL, pp.43-56,1987.

DOWNING, J. D.H. Mídia Radical. SP: SENAC, 2001.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. 9 ed. SP: Nacional, 1990.

EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável. SP: Livros da terra, 1996.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, Johl L. Os Estabelecidos e os outsiders. RJ: Jorge Zahar, 1999.

FERNANDES, R. C. Privado, porém público – o Terceiro Setor na América. Latina. RJ: Relume-Dumará, 1994, pp.11-32.

FERREIRA, A. D. D. Movimentos Sociais Rurais no Paraná. Movimentos Sociais no Campo. FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno e BRANDENBURG, A. (orgs). Curitiba: Criar/Cientia et Labor, 1987.

FREITAS, A. J. de. UDR: Ascensão e queda de uma organização dos proprietários rurais brasileiros. Cadernos de Ciências Sociais. Belo Horizonte: Puc, 1994, nº 4.

GEERTZ, G. O saber local. P. 24, 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GOMES, I. Z. 1957, A revolta dos posseiros. Curitiba, PR: 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J. da. O Que é a Questão Agrária? São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. A Questão Agrária no Brasil.A modernização dolorosa. Pp. 33-43). RJ: Zahar Editores, 1982.

_____. org. Mas, qual reforma agrária? Reforma Agrária, ano 17, ano 1, abril-julho,1987, 11-60.

GUIMARÃES, G. P. Quatro séculos de latifúndio. SP: Paz&Terra, 1981, 5 ed.

HOBBSAWN, E. J. Revolução Social. Era dos extremos - o breve século XX: 1914-1991. SP: Cia das Letras, pp.282-313, 1995.

KARAM, J. F. Jornalismo, ética e liberdade. SP: Summus, 1997.

KUSCHICK, Chirsta L. B. Campos de confronto: a terra e o texto. P. Alegre: Ed. Universidade, Ufrgs, 1998.

LAZARSELD, P. F; MERTON, Robert K. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. Comunicação e indústria cultural. SP: Cia editora nacional e Editora USP, 1971.

LAZIER, H. Paraná: Terra de todas as gentes e de muita história. 2 ed. Francisco Beltrão, PR: Grafit, 2003.

_____. Análise histórica da posse da terra no sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão, PR: Grafit, 1997.

LIPPMANN, W. Public Opinion. New York, Free Press Paperbacks, 1997 (1922).

MANIN, B. (1985). As metamorfoses do governo representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.29, ano 10, out, pp.5-34.

MARTINS, J. de S. A questão agrária e o papel do MST. STÉDILE, João Pedro (org). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis, Vozes. 1997.

_____. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso. O poder do atraso. SP: Hucitec, 1994.

MIGUEL, L. F. Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os meios de Comunicação. BIB, Rio Janeiro, n.49, 1.º semestre de 2000, pp.51-77.

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. Revista da Fundação SEADE. v.11, n.2, SP: Abr/junho, 1997, pp.86-93.

STÉDILE, João Pedro (org). A Questão Agrária hoje. p. 45-67; 165-190, Porto Alegre: Ed. Da Universidade, Ufrgs, 2002.

NUN, J. Democracia, gobierno Del pueblo o gobierno de los políticos? Buenos Aires, Fondo de Cultura, 2000.

PICHLER, J. H. Levante dos posseiros de 57 no Sudoeste do Paraná e a influência da CITLA no processo. Monografia PG Latu Senu em Met. do Ens. Da História. FACIPAL, Palmas, 1998.

PORTO, M. Enquadramento da mídia e política. Brasília, 2003. No prelo.

PORTO, S. D. (org). A informação local: espaço público local e suas mediações. O Jornal – da Forma ao Sentido. Col. Comunicação, 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PROENÇA, J. L. Contribuição para o estudo do jornal de bairro como elemento de integração das comunidades na metrópole. Dissertação de mestrado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1984.

- QUEIROZ, I. P. de. O mandonismo local na vida política brasileira. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. Pp.35-159, SP: Alfa Omega, 1976.
- ROTHMAN, F. D. O Movimento dos Sem Terra e as ocupações: Agravamento ou Resolução do problema. In: Revista da Economia Rural. Viçosa, UFV, abril/junho 1995.
- RUBIM, A. A. C. e AZEVEDO, F. A. Mídia e política no Brasil: Estudos e perspectivas. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-albino-midia-politica-brasil.html>>. IV Congresso Latino-americano de Ciências De La Comunicación – 1998.
- RUBIM, A. A. C. Comunicação e política. SP: Hacer Editores, 2000.
- SERRANO, E. Jornalismo e elites do poder. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Universidade Beira Interior, Escola Superior de Comunicação Social, Covilhã, Portugal: 1999.
- SHUMPETER, J.A. (1942). Capitalismo, socialismo e democracia. RJ: Fundo de Cultura.
- SOUZA, P. R. A determinação do salário e do emprego nas economias atrasadas. Tese de outoramento. IFCH: Unicamp (mimeo).
- STECA, L. C. e FLORES, M. D. História do Paraná: do século XVI à década de 50. Londrina: UEL, 2002.
- TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. Revista Diálogos, n. 2, v.2. DHI. UEM. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02.htm>>, Capturado em 22.8.04.
- VEIGA, J. E. da. Fundamentos do Agromodernismo. A questão agrária hoje. João Pedro Stédile (org). Pp.68-93. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, Ufrgs, 2002.
- WACHOWICZ, R. C. História do Paraná. Curitiba, PR: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.
- _____. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba, PR: Lítero-Técnica, 1985.
- WEBER, Max. Os tipos de dominação. Economia e Sociedade. Pp.139-198, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

RESUMO: Analisamos nesse artigo o problema agrário na imprensa do sudoeste do Paraná no ano de 2003. O modelo teórico-empírico adotado é o agenda-setting, que sustenta que a mídia tem participação na construção das escolhas públicas. Observamos que os jornais locais são instâncias de legitimação que atuam em nível mútuo, produzindo e extrapolando versões agendadas por grupos de interesses, que não raro repercutem na grande imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: sudoeste do Paraná, agenda agrária, pequenos jornais, MST, produtores.

* O autor é Mestre em Ciências Sociais pela Ufscar (SP) e Professor da Unicentro (PR).
ronaldomartinsbotelho@hotmail.com